

EUGÊNIO PACELLI

CURSO DE
PROCESSO
PENAL

25^a
edição

revista e
atualizada



atlas

■ O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

■ Fechamento desta edição: 20.01.2021

■ O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

■ **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

■ Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2021 by

Editora Atlas Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1384

São Paulo – SP – 01203-904

www.grupogen.com.br

■ Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.

■ Capa: Aurélio Corrêa

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

P115c

Pacelli, Eugênio

Curso de processo penal / Eugênio Pacelli. – 25. ed. – São Paulo: Atlas, 2021.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-97-02694-8

1. Direito penal – Brasil. 2. Processo penal – Brasil. I. Título.

20-68149

CDU: 343.2(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

Sumário

Introdução	1
1 O Processo Penal Brasileiro	5
1.1 O Código de Processo Penal.....	5
1.2 A Constituição da República de 1988 e o Processo Constitucional.....	7
1.3 O sistema acusatório	8
1.4 Sistemas processuais incidentes: o modelo brasileiro.....	12
2 Leis e Processo Penal no Tempo e no Espaço	15
2.1 Tratados e convenções internacionais.....	15
2.2 A jurisdição dos tribunais penais internacionais	16
2.3 Leis processuais no espaço e no tempo.....	19
3 Sistema dos Direitos e Princípios Fundamentais	27
3.1 Estado Democrático de Direito e postulados de interpretação.....	27
3.2 Garantismo e intervenção penal.....	28
3.3 A base ou estrutura principiológica	30
3.3.1 O justo processo: devido processo legal.....	31
3.3.1.1 Juiz natural.....	31
3.3.1.2 Direito ao silêncio e não autoincriminação.....	34
3.3.1.3 Contraditório.....	36
3.3.1.4 Ampla defesa	37
3.3.1.5 Estado ou situação jurídica de inocência	39
3.3.1.6 Vedação de revisão <i>pro societate</i>	41
3.3.1.7 Inadmissibilidade das provas obtidas ilicitamente.....	43

4	A Fase Pré-Processual: a Investigação Criminal	45
4.1	Inquérito policial	48
4.1.1	Procedimento	54
4.1.2	Poder de polícia e representação ao juiz: capacidade postulatória?	58
4.1.3	Arquivamento.....	59
4.1.3.1	Arquivamento indireto	64
4.1.3.2	Conflito de atribuições no âmbito do Ministério Público.....	65
4.1.4	Inquérito policial e extinção da punibilidade.....	67
4.2	Investigações administrativas	72
4.3	Lei de Abuso de Autoridade.....	80
5	Da Ação Penal	83
5.1	A estrutura dialética do processo: potencialização da ampla defesa	83
5.2	Ação e processo.....	86
5.2.1	Pretensão e lide.....	87
5.3	Condições da ação	89
5.3.1	Interesse de agir.....	89
5.3.2	Legitimidade	91
5.3.3	Possibilidade jurídica do pedido.....	92
5.3.4	Condições de procedibilidade	93
5.3.5	A justa causa	96
5.4	Pressupostos processuais	98
5.4.1	Pressuposto de existência.....	99
5.4.2	Requisitos de validade	100
5.5	Ação penal pública incondicionada.....	102
5.5.1	Ação (penal) popular e crime de responsabilidade	102
5.5.2	Ação penal pública incondicionada: princípio fundamental: a obrigatoriedade.....	104
5.5.2.1	Acordo de não persecução penal.....	106
5.5.3	Indisponibilidade e outras regras processuais.....	111
5.5.4	Critério de definição da legitimação ativa	112
5.5.5	Discricionariedade regrada.....	112
5.6	Ação penal pública condicionada.....	114
5.6.1	Prazo decadencial da representação	117
5.6.2	Capacidade ou legitimação para representar.....	117
5.6.3	Retratação.....	118
5.6.4	Legitimação concorrente ou alternativa?	119
5.7	Ação penal privada.....	120
5.7.1	Legitimação ativa	122
5.7.2	Disponibilidade	124
5.7.2.1	Renúncia.....	124
5.7.2.2	Perempção e desistência.....	127
5.7.2.3	Perdão	127
5.7.3	Indivisibilidade.....	129
5.7.4	Decadência.....	132

5.7.5	Crimes contra a dignidade sexual.....	133
5.8	Ação privada personalíssima	134
5.9	Ação privada subsidiária da pública	135
5.10	Denúncia e queixa	138
5.10.1	Crimes coletivos e individualização da conduta.....	138
5.10.2	Acusação genérica e acusação geral.....	139
5.10.3	Aditamento	140
5.10.4	Litisconsórcio.....	142
5.10.5	Prazo	142
5.10.6	Capitulação	143
5.10.7	Rejeição	144
5.10.8	Omissões	146
5.11	Extinção da punibilidade.....	146
6	Ação Civil <i>Ex Delicto</i>	149
6.1	Generalidades.....	149
6.2	Prejudicialidade	151
6.3	Objeto.....	152
6.4	Legitimação	153
6.5	Subordinação temática e eficácia preclusiva	153
6.5.1	Nas decisões condenatórias	153
6.5.2	Nas decisões absolutórias.....	154
6.5.3	A negativa de autoria.....	156
6.6	Responsabilidade civil de terceiros	157
6.7	A legitimação do Ministério Público	159
7	Jurisdição e Competência	161
7.1	Jurisdição e repartição de competência.....	161
7.2	Juiz natural e competência absoluta: competência de jurisdição	163
7.3	Prerrogativa de função (<i>ratione personae</i>)	164
7.3.1	Crimes comuns e crimes de responsabilidade	165
7.3.2	Critério da simetria.....	166
7.3.3	Critério de regionalização.....	171
7.3.3.1	Deputados Estaduais e Prefeitos	171
7.3.3.2	A extensão dos foros privativos nas Constituições Estaduais.....	172
7.3.4	Prerrogativa de função e natureza do crime.....	175
7.3.5	Processo e procedimentos.....	176
7.3.5.1	Competência originária	176
7.3.5.2	O exercício efetivo do cargo	177
7.3.5.3	Foro privativo e procedimento	179
7.3.5.4	Prerrogativa de função, concurso de agentes e concurso de crimes	180
7.4	Imunidades materiais e imunidades formais ou processuais	184
7.5	Competência em razão da matéria (<i>ratione materiae</i>)	186
7.5.1	Competência da Justiça Federal	187
7.5.1.1	A casuística constitucional	195

7.6	Competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral.....	204
7.7	A competência territorial	206
7.7.1	Competência relativa e competência absoluta	207
7.7.2	Crerios de determinação da competência infraconstitucional ...	208
7.7.2.1	O lugar	208
7.7.2.2	A natureza da infração	210
7.7.2.3	O domicílio ou residência do réu.....	212
7.7.2.4	A prevenção	212
7.7.2.5	A distribuição	214
7.8	Modificação de competência e <i>perpetuatio jurisdictionis</i>	215
7.8.1	Desclassificação	219
7.8.2	Conexão.....	222
7.8.3	Continência.....	224
7.8.4	Unidade de processo e de julgamento	224
7.8.5	Eleição do juízo prevalente	225
7.8.6	Separação de processos conexos e/ou continentes	229
7.8.7	Prorrogação de competência	229
8	Das Questões e Processos Incidentes	231
8.1	Das questões prejudiciais.....	231
8.2	Dos processos incidentes.....	233
8.2.1	Das exceções	233
8.2.1.1	Exceção de suspeição, impedimento ou incompatibilidade	235
8.2.1.2	Exceção de incompetência	237
8.2.1.3	Demais exceções.....	239
8.3	Do conflito de jurisdição	240
8.4	Da restituição de coisas apreendidas.....	246
8.5	Das medidas assecuratórias.....	247
8.5.1	Sequestro	248
8.5.2	Especialização de hipoteca.....	251
8.5.3	Arresto	252
8.5.4	Medidas assecuratórias previstas na lavagem de dinheiro e ativos (Lei nº 9.613/98, com redação dada pela Lei nº 12.683/12).....	253
8.5.5	Da alienação antecipada de bens arrestados, hipotecados ou objeto de sequestro – Lei nº 12.694/12	253
8.6	Do incidente de falsidade	254
8.7	Da insanidade mental do acusado.....	255
9	Da Prova	257
9.1	Teoria da prova	257
9.1.1	O mito e o dogma da verdade real.....	261
9.1.2	A distribuição do ônus da prova e a iniciativa probatória do juiz	262
9.1.3	O livre convencimento motivado e a íntima convicção.....	266
9.1.3.1	A prova tarifada ou sistema das provas legais	266
9.1.3.2	O livre convencimento motivado: persuasão racional...	267
9.1.3.3	Hierarquia e especificidade de provas.....	267

9.1.4	Direito e restrições à prova	269
9.1.4.1	A inadmissibilidade das provas ilícitas	270
9.1.4.2	A teoria dos frutos da árvore envenenada	284
9.1.4.3	A teoria do encontro fortuito de provas	286
9.1.4.4	A prova ilegítima: a prova emprestada	288
9.1.4.5	O aproveitamento da prova com exclusão da ilicitude ..	289
9.1.4.6	O aproveitamento da prova ilícita: proporcionalidade, proibição de excesso (vedação de proteção deficiente?)	292
9.2	Meios de prova	296
9.2.1	Do interrogatório	296
9.2.1.1	Direito ao silêncio e não autoincriminação	299
9.2.1.2	Intervenções corporais	303
9.2.1.3	Procedimento	315
9.2.2	Da confissão	323
9.2.3	Da prova testemunhal	324
9.2.3.1	Capacidade para testemunhar	325
9.2.3.2	O compromisso de dizer a verdade	325
9.2.3.3	Dispensa do dever de depor	326
9.2.3.4	Proibição do testemunho	327
9.2.3.5	Testemunhas, declarantes, informantes e outros	328
9.2.3.6	Regras procedimentais gerais	330
9.2.3.7	Proteção à testemunha: Lei nº 9.807/99	333
9.2.4	Da prova pericial	335
9.2.4.1	A cadeia de custódia	337
9.2.4.2	O exame de corpo de delito	340
9.2.4.3	Outras perícias	341
9.2.4.4	Prova pericial e contraditório	342
9.2.5	Das perguntas ao ofendido	343
9.2.6	Do reconhecimento de pessoas e coisas	344
9.2.7	Da acareação	345
9.2.8	Dos documentos	346
9.2.9	Dos indícios	347
9.2.10	Da busca e apreensão	348
10	Sujeitos do Processo	351
10.1	Partes e relação processual	351
10.1.1	Parte (no sentido) formal e parte (no sentido) material	354
10.2	Do juiz	355
10.2.1	Imparcialidade	355
10.2.2	Poderes gerais e iniciativa probatória	359
10.2.3	Juiz natural	361
10.2.4	Princípio da identidade física do juiz	361
10.3	Do Ministério Público	361
10.3.1	A imparcialidade	362
10.3.2	Suspeição, impedimento e incompatibilidade: consequências ..	364

10.3.3	O promotor natural.....	365
10.3.4	Atividades investigatórias	371
10.4	Do acusado.....	372
10.5	Do defensor	374
10.6	Da assistência.....	379
10.6.1	Legitimação.....	379
10.6.2	O assistente como <i>custos legis</i>	380
10.6.3	Faculdades processuais.....	381
10.6.4	Recurso de sentença penal condenatória.....	383
10.6.5	Procedimento	384
10.7	Peritos, intérpretes e funcionários da justiça	384
10.8	Ofendido?	386
11	Da Prisão, das Medidas Cautelares e da Liberdade Provisória	387
11.1	As regras das prisões e da liberdade provisória: as medidas cautelares pessoais	387
11.2	As determinações constitucionais da não culpabilidade.....	389
11.3	Princípio fundamental das medidas cautelares: o postulado da proporcionalidade.....	393
11.4	As medidas cautelares, diversas das prisões.....	398
11.4.1	Regras gerais da aplicação.....	406
11.4.1.1	Poder geral de cautela?	409
11.4.1.2	A fiança e seu cabimento	409
11.4.2	Procedimento das cautelares	410
11.5	A prisão em flagrante	417
11.5.1	Considerações gerais.....	417
11.5.2	Flagrante esperado e flagrante preparado (provocado)	419
11.5.3	Flagrante diferido (controlado).....	422
11.5.4	Missões/funções da prisão em flagrante	423
11.5.5	Prisão em flagrante e situações especiais	424
11.5.6	Audiência de custódia	428
11.6	Prisão temporária	431
11.6.1	Prisão temporária e o art. 313, I, CPP	434
11.7	Prisão preventiva	434
11.7.1	Requisitos fáticos: situações legais de risco à persecução penal ..	439
11.7.2	Requisitos normativos: definição dos crimes passíveis de decretação de prisão preventiva.....	444
11.7.2.1	Exceções ao teto do art. 313, I, CPP	445
11.7.3	Prazo: a construção jurisprudencial	447
11.7.4	Prisão preventiva <i>ex officio</i>	450
11.7.5	Vedação legal à prisão preventiva	452
11.8	Prisão domiciliar.....	453
11.9	O ato prisional: generalidades.....	455
11.10	Prisão especial.....	459
11.10.1	O Parlamento e as cautelares pessoais no processo penal	461
11.11	Prisão para extradição e prisão civil.....	465

11.12	A liberdade provisória com e sem fiança	465
11.12.1	Relaxamento da prisão	470
11.12.2	Liberdade provisória com fiança.....	471
11.12.2.1	Cautelares de ofício e sistema acusatório	473
11.12.2.2	Procedimento da fiança	476
11.12.3	A restituição da liberdade do art. 283, § 1º, do CPP.....	480
11.12.4	A inafiançabilidade constitucional e a vedação <i>ex lege</i> à liberdade	481
11.12.5	Execução provisória.....	484
12	Das Citações e Intimações.....	485
12.1	Das citações	485
12.1.1	Espécies de citação	486
12.1.2	Citação do réu preso	492
12.1.3	Citação do incapaz	493
12.1.4	Revelia e suspensão do processo e do prazo prescricional	493
12.2	Das intimações.....	497
13	Dos Atos Processuais e dos Atos Judiciais	501
13.1	Dos atos processuais.....	501
13.1.1	Dos prazos processuais.....	503
13.2	Dos atos judiciais.....	506
13.2.1	Decisões interlocutórias.....	507
13.2.2	Decisões com força de definitivas	510
13.2.3	Sentenças	511
13.2.3.1	A correlação entre sentença e pedido	513
13.2.3.2	<i>Emendatio libelli</i>	514
13.2.3.3	<i>Mutatio libelli</i>	518
13.2.3.4	Motivação e dispositivo das sentenças.....	524
13.2.3.5	Intimação da sentença.....	530
13.2.4	Coisa julgada em matéria penal	531
14	Dos Procedimentos	539
14.1	Processo e procedimento.....	539
14.2	Procedimento comum	541
14.2.1	Procedimento ordinário.....	543
14.2.2	Procedimento sumário	555
14.3	Da suspensão do processo.....	557
14.3.1	Suspensão do processo: direito ou discricionariedade?	563
14.3.2	Revogação e cumprimento da suspensão	565
14.3.3	Ação privada	567
14.3.4	Cabimento: concurso de crimes, tentativa, causa de aumento e de diminuição	568
14.4	Do procedimento do Tribunal do Júri.....	569
14.4.1	Anotações introdutórias.....	569
14.4.2	Da acusação e da instrução preliminar	570
14.4.2.1	Absolvição sumária.....	573

	14.4.2.2	Desclassificação.....	575
	14.4.2.3	Impronúncia.....	577
	14.4.2.4	Pronúncia.....	579
14.4.3		Da fase de julgamento.....	582
	14.4.3.1	Da preparação do processo para julgamento em plenário.....	582
	14.4.3.2	Do desaforamento.....	583
	14.4.3.3	Jurados: recusas, imparcialidade.....	584
	14.4.3.4	Da reunião e das sessões do Tribunal do Júri.....	586
	14.4.3.5	Da quesitação.....	587
	14.4.3.6	Da instrução em plenário.....	590
14.5		Dos Juizados Especiais Criminais.....	595
	14.5.1	Considerações gerais.....	595
	14.5.2	Infrações de menor potencial ofensivo.....	597
	14.5.3	A transação penal: direito subjetivo ou discricionariedade?.....	600
	14.5.4	Competência e atos processuais.....	602
	14.5.5	O rito nos Juizados Criminais.....	604
14.6		Juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher: Lei nº 11.340/06.....	614
	14.6.1	Considerações gerais.....	614
	14.6.2	Competência cível e criminal: limitações constitucionais.....	616
	14.6.3	Procedimentos e medidas cautelares.....	618
	14.6.4	Medidas protetivas de urgência.....	621
14.7		Processo e procedimentos especiais.....	623
	14.7.1	Dos processos de competência originária.....	623
	14.7.2	Crimes contra a honra.....	627
	14.7.3	Crimes de responsabilidade de funcionários públicos.....	628
	14.7.4	Crimes de tráfico de drogas.....	631
	14.7.5	Processo penal eleitoral.....	649
	14.7.6	Crimes falimentares.....	653
	14.7.7	Colegiados de primeiro grau e organizações criminosas na Lei nº 12.694/12.....	656
	14.7.8	A Lei de Organizações Criminosas – Lei nº 12.850/13.....	660
	14.7.9	Crimes de lavagem de dinheiro e ativos (Lei nº 9.613/98, com redação dada pela Lei nº 12.683/12).....	706
	14.7.10	Lei do Tráfico de Pessoas.....	712
	14.7.11	Lei nº 13.285/16.....	713
	14.7.12	Da infiltração policial na internet.....	713
14.8		Procedimentos e conexão e/ou continência.....	714
15		Das Nulidades.....	717
	15.1	Atos inexistentes.....	718
	15.2	Nulidades e ilicitudes na investigação.....	719
	15.3	Nulidade absoluta e nulidade relativa.....	722
	15.4	Nulidades: efeito devolutivo dos recursos e vedação da <i>reformatio in pejus</i>	725
	15.5	A regra do interesse nas nulidades.....	728

15.6	A instrumentalidade das formas	729
15.7	Causalidade: derivação das nulidades.....	730
15.7.1	Nulidade e incompetência absoluta.....	733
15.8	Convalidação.....	736
15.9	A casuística do Código de Processo Penal	737
16	Dos Recursos	743
16.1	Teoria dos recursos.....	743
16.1.1	Princípios	746
16.1.1.1	O duplo grau.....	746
16.1.1.2	A voluntariedade dos recursos	747
16.1.1.3	A unirrecorribilidade.....	750
16.1.1.4	A fungibilidade dos recursos	751
16.1.1.5	A vedação da <i>reformatio in pejus</i>	751
16.1.2	Regras: complementaridade, complementaridade e outras	753
16.1.3	Disponibilidade	754
16.1.4	Efeitos dos recursos	755
16.1.4.1	Efeito suspensivo	755
16.1.4.2	Efeito devolutivo.....	756
16.1.4.3	Efeito extensivo e iterativo.....	757
16.1.5	Classificações dos recursos	757
16.1.6	Juízo de admissibilidade dos recursos.....	758
16.1.6.1	Requisitos objetivos.....	760
16.1.6.2	Requisitos subjetivos.....	763
16.2	Da apelação	767
16.2.1	Cabimento.....	768
16.2.2	Efeitos	770
16.2.3	Procedimento	773
16.3	Do recurso em sentido estrito.....	778
16.3.1	Cabimento.....	779
16.3.2	Procedimento	783
16.3.3	Efeitos	783
16.4	Embargos infringentes ou de nulidade.....	784
16.5	Embargos declaratórios	787
16.6	Embargos de divergência.....	789
16.7	Carta testemunhável.....	790
16.8	Agravo de execução.....	790
16.9	Correição parcial	791
16.10	Recurso ordinário, extraordinário e especial.....	792
16.10.1	Recurso ordinário	793
16.10.2	Recurso especial	795
16.10.3	Recurso extraordinário.....	800
16.11	Ações autônomas.....	804
16.11.1	Mandado de segurança.....	804
16.11.2	Ação de revisão criminal.....	806
16.11.3	<i>Habeas corpus</i>	813

17	Relações Internacionais com Autoridade Estrangeira	831
17.1	Cartas rogatórias.....	832
17.2	Homologação das sentenças estrangeiras.....	834
	Referências	837
	Índice remissivo	845